

espaço aberto



40ª hora: Discurso do presidente João Goulart

Fonte: Acervo pessoal de Marcos Guerra.



40ª hora: Paulo Freire explica ao presidente e a políticos nordestinos a sua pedagogia dos oprimidos

Sentados, da esquerda para direita, Miguel Arrais, Clóvis Mota, Seixas Dória, Virgílio Távora, Aloísio Alves e João Goulart.

Fonte: LYRA, Carlos. *As quarentas horas de Angicos*. São Paulo: Cortez, 1996.

Relatório final do Seminário Regional de Educação de Adultos, preparatório ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos – Pernambuco [1958]

Temas para discussão

145

- 1) Como é visto ou sentido, no Estado, o problema da educação? Conceituação dominante na administração, nos educadores, nas instituições interessadas.
- 2) O problema do analfabetismo no Estado.
- 3) A educação de adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos.¹
- 4) O problema da frequência aos cursos de adultos.
- 5) A educação de nível médio destinada a adultos.
- 6) Os Centros de Iniciação Profissional: organização, funcionamento e resultados.

¹ Paulo Freire foi relator da 3ª Comissão, que tratou desse tema.

II Comissões de estudo

Em reunião preliminar foram organizadas seis (6) comissões, de acordo com os temas apresentados, constituídas pelos seguintes professores do Estado e representantes das várias instituições interessadas, presentes ao conclave:

1ª Eneida Rabello Álvares de Andrade (relatora)

Maria de Lourdes de Moraes Coutinho e Portela

Maria Angélica Lacerda de Menezes

2ª Isnar Cabral de Moura (relatora)

Maria de Lourdes de Mendonça Vasconcelos

Célia Osório de Andrade

Sebastiana Vasconcelos Nóbrega

Vespertina Machado

Margarida de Jesus Falcão Mota

3ª Paulo Freire (relator)

Dulce Jurema Chacon

Elza Maia Costa Freire

Judite da Mata Ribeiro

José Augusto Souza Peres

4ª Armiragi Breckenfeld Lopes Afonso (relatora)

Consuelo Meira Freire

Stella Breckenfeld de Carvalho

Júlia Queiroz Diniz

Hilda Lima Brandão

Ivone Rocha

Carmem Gomes de Matos

Jônia Lemos Sales de Melo

5ª Itamar Vasconcelos (relator)

Arlindo Raposo

Maria da Conceição Ferreira

Ivone Mota e Albuquerque

6ª Alda Lafaiete (relatora)

Pedro José da Costa Carvalho

Irací Pogy de Figueirêdo

Geraldo Magela Costa

Lourival Novais

III Considerações finais

- 1) Apesar de se entender a educação como um processo contínuo e ininterrupto, que “vai do berço ao túmulo”, cumpre admitir que ela normalmente se desenvolvesse por etapas a serem gradativamente vencidas. Cada uma delas confere ao ser em formação atitudes, hábitos e conhecimentos capazes de lhe permitirem um aperfeiçoamento individual, a par de um ajustamento satisfatório à comunidade em que vive.
- 2) Quando tal processo não se desenvolve normalmente, constatamos na sociedade a existência de camadas da população cuja educação não foi atendida no tempo devido. Aí se situam os adultos analfabetos, que constituem a maior parte dos habitantes de países subdesenvolvidos.
- 3) Não foi preocupação principal deste Seminário ocupar-se com a situação dos adultos que venceram as etapas normais de sua formação, mas com a daqueles que se encontra em um nível cultural muito baixo, na maioria dos casos analfabetos ou semianalfabetos – portanto o aspecto mais angustiante que oferece o problema, e que está a exigir uma atenção muito especial dos poderes públicos.

IV Resumo do trabalho das comissões, exposição do assunto e sugestões para uma solução

147

1ª Comissão

Tema: Como é visto ou sentido, no Estado, o problema da educação de adultos? Conceituação dominante na administração, nos educadores, nas instituições interessadas.

Ouvidos em plenário, educadores, representantes das instituições interessadas e autoridades mais representativas da administração, este é um resumo da opinião dominante:

- 1) A educação de adultos em confronto com a da criança.
Cumpre, antes de tudo:
 - a) cuidar dos educandos em época adequada, isto é, na infância;
 - b) reservar partes das energias para a educação de adultos:
 - daqueles que não receberam em tempo uma educação elementar, comum;
 - daqueles que, embora atendidos pela escola primária em época conveniente, estejam a necessitar ainda de uma assistência capaz de lhes permitir um ajustamento profissional e social.
- 2) A educação de adultos face à realidade do Estado.
A realidade do Estado aí está: à parte uma pequena minoria de bem

aquinhoados, uma população de fracos, desnutridos, indigentes, inermes, retirantes, marginais.

- a) Poderá a escola solucionar todos estes males?
 - b) Até que ponto contribuirá a escola para uma melhoria da situação?
- 3) A educação de adultos e o conteúdo de ensino.
- a) não basta alfabetizar;
 - b) o adulto em processo de alfabetização precisa ainda de um acervo de conhecimentos, habilidades e técnicas úteis à sua existência, além de capacidades profissionais que lhe confirmam um meio digno de subsistência.

Sugestões para uma solução

- a) difundir a escola primária, fundamental e comum, *para crianças*, fazendo convergir para este objetivo a maior parte das reservas destinadas à educação, os melhores e mais pujantes esforços dos responsáveis pela administração do País;
- b) fazer que a tarefa da escola seja precedida, acompanhada e seguida de um vasto plano civilizador, que vise dar ao homem condições mínimas para a satisfação de suas necessidades básicas, de racionalização do seu trabalho, de recreação, de escoamento do produto do seu labor, em suma: condições de sobrevivência e de rendimento como ser útil;
- c) conseguir que a escola funcione como *um dos elementos* importantes de integração do homem ao meio em que vive, despertando e rebustecendo nos mestres e autoridades outras a consciência destas responsabilidades;
- d) rejeitar um programa que se limite à alfabetização pura e simples, cuja experiência tem demonstrado sobejamente a ineficácia e até os prejuízos;
- e) conferir ao aluno conhecimentos e habilidades úteis à sua existência, mediante uma revisão dos programas a adotar;
- f) oferecer possibilidades de aprendizagem de um ofício e de racionalização do trabalho, com a disseminação de escolhas artesanais e profissionais de todos os tipos, centro de aprendizagem agrícola, escolas rurais.

2ª Comissão

Tema: O problema de analfabetismo no Estado de Pernambuco

- 1) A situação em face dos dados estatísticos oficiais apresentados pelo Departamento Regional de Estatística, Inspeção Regional de Estatística Municipal, setor de Pernambuco, Conselho Nacional de Estatísticas:
 - a) em 1958, a matrícula inicial nas escolas primárias atingiu apenas a 33% da população em idade escolar;
 - b) em 1957, dos 4.010.883 habitantes do estado, sabiam ler e escrever 1.696.184, o que nos dá uma percentagem de 42,28% de letrados;

- c) em 1950, a quota de alfabetização, baseada no Censo Demográfico, é de 31,75, embora marque pequeno progresso em comparação à de 1940, que é de 28,33%.
 - d) a quota de alfabetização masculina é mais elevada do que a feminina, tanto em 1940 como em 1950; porém a diferença relativa entre as quotas de alfabetização dos dois sexos é menor em 1950 do que em 1940, tendo sido o progresso da alfabetização feminina maior que o da masculina entre 1940 a 1950;
 - e) em relação às diferentes regiões do Estado, o resultado é o seguinte:
 - A quota de alfabetização mais elevada é a da zona do litoral e Mata (33,76% em 1940 e 36,41% em 1950).
 - A zona do sertão de S. Francisco foi a que apresentou o maior progresso (de 26,34% em 1940 e 36,41% em 1950).
 - A zona do Sertão Baixo do Araripe apresentam quotas de alfabetização ainda mais baixas (17,84 % em 1940 e 20,06% em 1950, na zona do Sertão Baixo, e 19,18% em 1950 na zona do Sertão do Araripe).
 - A quota mais baixa de alfabetização (16,50% em 1940 e 18,14% em 1950) corresponde à zona do Agreste.
 - f) examinando-se as quotas de alfabetização, por Municípios, encontram-se diferenças muito fortes:
 - Variam essas quotas entre os mínimos de 8,04% em 1940 (João Alfredo) e 9,41% em 1950 (Bom Jardim) e os máximos de 63,57% em 1940 e 60,04% em 1950 (Recife).
 - Em 61 municípios a quota de alfabetização é maior em 1950 do que em 1940 e em 24, menor. Verificaram-se aumentos superiores a 10 da quota de alfabetização nos Municípios de Bezerros e de Jatinã. As maiores diminuições da quota de alfabetização foram verificadas nos Municípios de Gameleira, Manissobal (atual S. José do Belmonte) e Recife.
 - g) em comparação com as outras unidades da Federação, Pernambuco ocupa o 14º lugar, levando-se em conta a alfabetização na população de dez (10) anos e mais.
- 2) A situação em face dos dados oficiais fornecido pelo Instituto de Pesquisas Pedagógicas de Pernambuco:
- a) é insuficiente a rede escolar do Estado: em levantamento procedido em 1955, era de 5.051 o “déficit” de escolas, ficando fora das mesmas 67% das crianças;
 - b) a evasão dos alunos é problema que continua a desafiar todo o esforço dos responsáveis pela educação. A percentagem mais alta obtida, nos últimos anos, de alunos que concluem a 5ª série, sobre o total de matrícula, foi de 10%, registrada em 1957; é, pois, aproximadamente de 90% a evasão até a conclusão do curso;

- c) em relação ao rendimento escolar, o resultado apresentado pela primeira série tem feito, invariavelmente, baixar de muito a percentagem de todas as escolas. A percentagem mais alta obtida nestas séries foi de 69% em 1957, isto mesmo devido a uma maior condescendência recomendada na organização e aplicação das provas. No mesmo ano, foi de 82%, 83%, 81% e 83% a percentagem nas 2^a, 3^a, 4^a e 5^a séries, respectivamente;
- d) a repetição de série de uma, duas, três, quatro e até cinco vezes é fato que tem ocorrido nas escolas do Estado, obrigando muitas vezes o aluno a permanecer na escola primária sete, oito e até dez anos, sem que, muitas vezes tenha concluído todo o curso;
- e) enfim, a soma de conhecimentos e técnicas dominados por 70% dos escolares primários de Pernambuco é deficiente e não satisfaz aos propósitos de uma escola fundamental.

Notas

1^a) Vejam-se os quadros demonstrativos que acompanham o relatório da 2^a Comissão.

2^a) Faltam dados sobre as instabilidades da população sertaneja, ou seja, sobre o seu deslocamento, sobretudo em período de estiagem prolongada, e que, como é óbvio, deverá pesar, e muito, no baixo índice de alfabetização do Estado.

150

Sugestões para uma solução

- a) levar o Governo Federal a suprir as deficiências da rede escolar nos Estados deficitários, de modo a que possa cumprir a Lei de obrigatoriedade de ensino primário, realizando-se simultaneamente campanhas reeducativas neste sentido;
- b) oferecer facilidades à iniciativa particular, em tudo que diga respeito à difusão da cultura, sem diminuição das responsabilidades do Estado neste setor de atribuições;
- c) manter a escola gratuita, mediante a execução de um vasto plano educacional que atinja a todos os recantos do País, aberta a todos os seus habitantes, com efetiva igualdade de oportunidades, porque "educação não é privilégio";
- d) aplicar, em cada unidade da Federação, os fundos de educação estadual, previstos pela Constituição, em sua exata proporcionalidade;
- e) efetivar um inteligente plano de descentralização do ensino, dando aos Estados maiores oportunidades de ampliação dos seus sistemas escolares, bem como de aplicação das verbas federais que lhe forem destinadas;
- f) rever cuidadosamente a rede escolar em função, mediante informação de Inspetorias locais, tendo em vista a supressão e localização de cadeiras nas zonas mais adequadas;
- g) assistir tecnicamente o professorado por meio de estágios, cursos, círculos de estudo, mesas redondas, seminários, e pelo fornecimento de

monografias, livros didáticos especializados, instruções, planos de trabalhos etc.;

- h) selecionar os elementos mais capazes do magistério de modo que possam cumprir com acerto e dedicação as funções a que se destinam;
- i) organizar o currículo da escola primária de forma que o processo educativo se exerça sem paradas, lacunas ou evasões, atentando a programas flexíveis e adaptados às necessidades locais;
- j) conceituar exatamente os termos – alfabetizar, alfabetização –, libertando a escola de conceitos tradicionais que levam ao impedimento de promoção de grau aos 37% de alunos matriculados nas escolas primárias e à evasão de 90% de seus alunos, até à conclusão do curso;
- k) combater sem tréguas o pauperismo e a ignorância das populações nordestinas, mediante um vasto plano de atividades, de aplicação imediata, aproveitando os recursos da eletrificação, irrigação, drenagem e açudagem, com o aproveitamento integral da energia de Paulo Afonso, obtendo-se uma industrialização bem planejada e a racionalização dos métodos de aproveitamento do solo.

3ª Comissão

Tema: A educação de adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos.

- a) Apesar de serem considerados “marginais” todos aqueles que não se integram perfeitamente na vida social, podendo como tal serem incluídos os inválidos de todos os tipos, os mendigos, as prostitutas, os fora da lei, em geral, a Comissão se fixou naqueles que residem em mocambo: este foi o tema que lhe coube, bem ajustado a uma das formas da habitação típica de grande porte dos marginais do Recife;
- b) é de todo louvável o esforço do conhecimento das peculiaridades regionais brasileiras, do nosso contorno social e histórico;
- c) o que mais enfaticamente nos interessa, no momento que passa, é a nossa “sobrevivência histórica” do povo que vem vivendo a sua promoção de ser colonial em ser nacional; de ser “Objeto do pensamento de outro, em ser sujeito de seu próprio pensamento” (Vieira Pinto). E ao mesmo tempo, o estabelecimento de bases para nosso regime de vida e de trabalho, que de simplesmente agrícola, latifundiário, patronal e escravocrata, se transforma no de um país que se industrializa, inserido em um processo de desenvolvimento e de mudanças rápidas;
- d) é tempo de, atendendo a estes imperativos, considerar a indispensabilidade da consciência do processo de desenvolvimento, por parte do povo, a emersão desse povo na vida pública nacional, como interferente e em todo o trabalho de colaboração, participação e decisão responsável em todos os momentos da vida pública – como convém à estrutura o funcionamento de uma democracia;

e) tomando em consideração muito especial o problema dos mocambos, vemos que estes, situados nos córregos, morros, mangues e areais de Recife, abrigam habitantes nem sempre marginais, mas de três tipos sociais distintos:

- 1) o proletário assalariado;
- 2) o subproletário, vivendo de "biscates";
- 3) o mendigo, real ou falso.

O primeiro, fazendo parte sistemática de circuito ecumênico; o segundo, fora de circuito em caráter permanente e esforçando-se para nele penetrar; o terceiro, improdutivo e refletindo mais fortemente esses aspectos da nossa patologia social. Essas zonas se situam na parte urbana, suburbana ou rurbana do Recife, e vem recebendo o impacto constante de populações rurais do Estado e de outros estados da região, dando como resultado o que o sociólogo Gilberto Freyre já chamou de processo de "inchação do Recife".

Sugestões para uma solução

Conhecida tão criticamente quanto possível essa realidade, em mudança constante, passará o processo educativo a trabalhá-la, de um modo aliás que parece convir a todo o território nacional, sobretudo onde houver maior concentração dos desajustes sociais:

- a) rever, em todos os seus aspectos, a inadaptação dos transplantes que agiram sobre o nosso sistema educativo, com aproveitamento dos positivos que possam ser adaptados à nova realidade;
- b) proporcionar ao homem um preparo técnico especializado, para poder interferir, de fato, no "processo de desenvolvimento" do País. Equivalente a dizer: fazê-lo sair da condição de marginal para a de participante de trabalho, da produção, do rendimento. Aí vale a pena ressaltar ainda o papel das escolas profissionais e rurais, de todos os tipos;
- c) impedir que o trabalho educativo se faça *sobre* ou *para* o homem, do tipo apenas alfabetizador ou de penetração auditiva simplesmente, substituindo-o por aquele outro que se obtém *com* o homem. Evidente mais uma vez o imperativo de sua participação em todos os momentos do trabalho educativo, preparatória ou concomitante àquela outra ainda mais estimável, que é a participação na vida da região e nas esferas mais amplas da sociedade em que vive;
- d) organizar cursos de dois tipos, para as zonas mais populosas, onde maior concentração houver de desajustados: de duração rápida, intensiva, ou prolongada, cujos programas devem ser, em parte, planejados com os alunos, para que corresponda à sua realidade existencial. Convém ainda lembrar os que se processam sob o regime de internato, quando os recursos o permitirem. Nestes casos seria dada ênfase ao ensino técnico e agrícola de acordo com a especial destinação de cada um deles. Ao lado destes, os

- de arte culinária, arranjos do lar, higiene e puericultura, corte e costura, pequenas indústrias caseiras, com vistas do poder aquisitivo familiar;
- e) criar, posteriormente aos grupos de estudos, os *grupos de ação* dentro do espírito de autogoverno, agindo sobre problemas mais simples da vida local: buracos nas ruas, poças de lama, combate às muriçocas e aos animais daninhos, construção de fossas em geral, etc., até uma interferência ativa na vida religiosa, econômica, política, do distrito, do município, do Estado e do País.
 - f) articular o trabalho das escolas de adultos com as instituições existentes, para crianças, onde funcione “Clube de Pais”, de modo a fortalecer, por mais este meio, os laços de união entre a família e a escola;
 - g) interessar as instituições beneficentes e particulares de todos os tipos que se interessarem por este trabalho de recuperação de adultos, bem como as de pesquisas sociais e pedagógicas – estas fornecendo ao educador os elementos para uma ação positiva e realista;
 - h) criar uma mentalidade nova no educador, a par de um preparo especializado que está a exigir esta forma especial de participação sua no trabalho de soerguimento do País;
 - i) renovar os métodos e processos educativos, sem rejeição dos exclusivamente auditivos. Substituir o discurso pela discussão. Utilizar modernas técnicas de educação de grupo, com recursos audiovisuais, ativos e funcionais, aproveitando o cinema, a dramatização, o rádio, a imprensa, etc.

4ª Comissão

Tema: O problema da frequência aos cursos de adultos.

Computando-se os dados estatísticos que acompanham o relatório da 4ª Comissão, observa-se que o fenômeno da evasão dos alunos dos Cursos de Educação de Adultos repete de modo semelhante o quadro desolador apresentando anteriormente em relação à escola primária, destinada a crianças.

As principais causas:

- a) falta de correspondência entre o que oferecem os Cursos de Adultos, nos moldes atuais, e as necessidades reais de seus alunos;
- b) falta de assiduidade, de preparo profissional, de especialização, de senso de responsabilidade do mestre, aliás impossibilidade muitas vezes de agir positivamente em face de uma “estrutura doente” sobre que repousam os atuais Cursos de Educação de Adultos;
- c) desajustamento entre o horário de trabalho e o escolar, instabilidade do local de emprego dos alunos, falta de compreensão dos empregadores, inflexibilidade do horário escolar, concomitância de horários diversionais, instalação precárias dos Cursos, dificuldades de acesso à escola, motivos determinados por certas peculiaridades dos serviços dos alunos etc.

Sugestões para uma solução

- a) modificar a estrutura dos cursos com o aproveitamento das sugestões oferecidas pelas diferentes Comissões;
- b) organizar um bem controlado serviço de Inspeção-Orientação, com a participação de entidades públicas e os particulares que para isso se prestem;
- c) aproveitar a cooperação dos Assistentes Sociais e Educacionais para servirem do intermediários entre escola e lar, empregadores e empregados, com o estudo e solução das várias causas de desajustamento, que resultam sempre em falta de frequência à escola;
- d) aproveitar os dados resultantes de pesquisas sociais para uma adequada localização e funcionamento dos Cursos.

5ª Comissão

Tema: A educação de nível médio destinada a adultos.

- a) Limitado a Recife o estudo da Comissão, foi possível, entretanto, afirmar que não existem nesta cidade, e possivelmente em todo o Estado, cursos de nível médio destinados especialmente a adultos, sejam eles públicos ou particulares;
- b) uma amostra estatística obtida, considerada insuficiente porque abrange apenas dez (10) estabelecimentos de ensino médio e porque não pôde sempre obter a idade do aluno ao ingressar nestes cursos, mas ao concluí-los, capacita, entretanto, pelo menos à afirmação de que os adultos que querem e podem prosseguir os seus estudos estão nos cursos médios, especialmente nos secundários, cursos estes destinados à formação de adolescentes. O fenômeno se intensifica, sobretudo, nos noturnos, por motivos que dispensam explicações;
- c) apesar da "lei de equivalência" que permite ao diplomado por qualquer curso de nível médio chegar à universidade, observa-se uma grande preferência pelo curso secundário, herança de nossa tradição acadêmica que valoriza apenas as profissões ditas "liberais", desdenhosas de toda a ocupação manual ou mecânica.

Sugestões para uma solução

- a) tentar o Estado oferecer vantagens imediatas àqueles que concluem os cursos de nível médio do ramo profissional (industrial, comercial e agrícola);
- b) obter flexibilidade da escola secundária, prevista aliás, no Anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional, ora em estudo no Congresso. Assim poderão ser melhor atendidos os interesses dos estudantes adultos, uma vez que o currículo poderá conter, ao lado das matérias obrigatórias, disciplinas de caráter profissional, tendo em vista a opção do aluno e as

possibilidades dos educandários que organizariam os seus planos do estudo de acordo com as exigências de meio social e as preferências dos educandos.

6ª Comissão

Tema: Os Centros de Iniciação Profissional: organização, funcionamento e resultados.

1) Organização e funcionamento

Os centros de Iniciação Profissional obedecem, na sua organização e funcionamento, às normas ditadas pelo Ministério da Educação e Cultura, que abrangem: planejamento, orientação, técnica, controle dos serviços, auxílios financeiros.

Ao Estado assiste instalá-los, recrutar o pessoal docente e administrar e fiscalizar, imediatamente, os seus diversos serviços. Para maiores detalhes consultem-se a regulamentação existente, sobre o assunto, do Ministério de Educação e Cultura e o relatório anexo, circunstanciado, da 6ª Comissão.

2) Resultados

Apesar da precariedade de recursos e dos problemas de difícil solução apontados no relatório referido da 6ª Comissão, os resultados vem sendo mais ou menos compensadores.

Os Centros de Iniciação Profissional destinam-se a atender a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, de par com os grupos supletivos ou a seus egressos, ou ainda a alfabetizados outros, transmitindo-lhes uma habilidade profissional que lhes proporcione condições favoráveis de vida, dentro de seu próprio ambiente.

Pernambuco, contando com dez (10) Centros, com trinta (30) cursos, distribuídos na capital e no interior, apesar de suas bem notáveis dificuldades, repetimos, tem conseguido, de um modo mais ou menos geral, resultados que podem ser considerados satisfatórios.

Contudo, para que atinjam mais facilmente as suas finalidades, podem ser removidas algumas dificuldades, segundo as sugestões que se resumem.

Sugestões para uma solução

1) Tendo em vista a localização de futuros Centros:

- a) estudar criteriosamente esta localização, atendendo às condições de cada região e à concentração de populações proletárias ou subproletárias;
- b) levar em consideração as regiões de maior influência das populações rurais que emigram, periodicamente, tangidas pelo flagelo das secas que afligem os sertões, já estudadas pelo padre Lebrez;
- c) estabelecer condições, antes de tudo, de mercado para o produto do trabalho resultante, ou de escoamento do mesmo, sem o que os Centros passarão a funcionar como "trampolins" de que se utilizarão os seus

alunos, em busca de regiões outras que lhes ofereçam maiores possibilidades de êxito na luta pela vida.

- 2) Tendo em vista as condições atuais:
- a) oferecer maiores possibilidades de uma administração descentralizada, e restaurar, ampliando, a verba que era destinada à nossa administração;
 - b) elevar a gratificação destinada ao pessoal docente, assegurando o seu pagamento ao fim de cada mês;
 - c) permitir que seja de nove (9) meses o período de aulas, iniciando-o, o mais tardar, no dia 1º (primeiro) de março de cada ano. Fixar, se possível, a data anual de reabertura dos cursos;
 - d) reformar, simplificando o processo de distribuição, aplicação e prestação de contas das verbas levantadas;
 - e) restaurar os cursos suprimidos em 1957, pelo menos. Ampliá-los, se possível;
 - f) aceitar, como base para estudos e reforma, o relatório que o Senai se prontificar a apresentar, bem como proposta que o mesmo serviço faz de um convênio nacional ou estadual, onde se tente conseguir uma forma assistencial de trabalho do Senai, em favor dos Centros de Iniciação Profissional.

Recife, 17 de maio de 1958.

Eneida Rabello Álvares de Andrade
Relatora